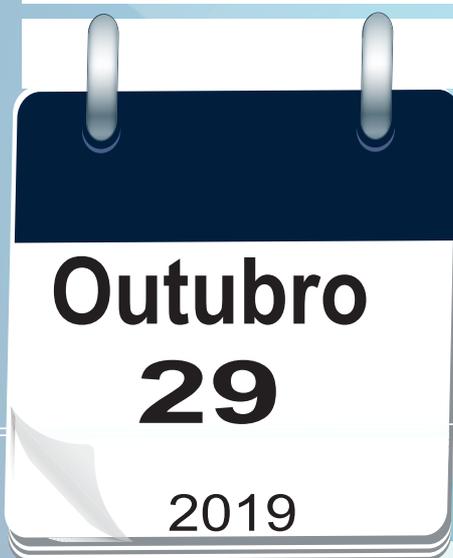


# CLIPPING



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM  
DOLOR SIT AMET

### DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

[imprensa@tce.go.gov.br](mailto:imprensa@tce.go.gov.br)

[www.tce.go.gov.br](http://www.tce.go.gov.br)

3228-2699



# A REDAÇÃO (28/10)



## VALIDADE

---

### Juiz esclarece decisão sobre concursos públicos em Goiás

Liminar foi concedida por Gustavo Dalul Faria

🗨️ | 28.10.19 - 16:38

 Tweetar

#### A Redação

**Goiânia** - Em relação à decisão envolvendo concursos públicos em Goiás, o juiz Gustavo Dalul Faria, da 2ª Vara da Fazenda Pública estadual explica que a liminar “objetiva apenas a suspensão dos prazos de validade dos concursos já homologados, para evitar que os mesmos caduquem, enquanto estiver em vigor o pacto entre Poderes e Instituições, até junho de 2020”.

“A decisão não determina a suspensão de concursos em andamento ou mesmo proíbe a realização de novos concursos”, esclarece o juiz. Ela também “não proíbe a nomeação e/ou posse de qualquer candidato aprovado em qualquer concurso promovido no Estado de Goiás”. Finalmente, o juiz afirma que “a decisão suspende a validade dos concursos já homologados e ainda vigentes, no ato da propositura da presente ação”.

---



## VENDA DE AÇÕES

# Emendas da oposição ao projeto da Saneago são barradas

Venceslau Pimentel

A base de apoio do governador Ronaldo Caiado (DEM) deu aval ao líder do Governo, Bruno Peixoto (MDB), para a rejeição de todas as emendas apresentadas pela oposição ao projeto que trata na alienação de até 49% das ações da Saneamento de Goiás (Saneago). Com isso, a matéria será apreciada hoje, em primeira votação, no plenário da Assembleia Legislativa, com apenas uma mudança acatada à proposição do Executivo.

Peixoto acatou a emenda do deputado Rubens Marques (Pros), que prevê que na oferta pública inicial de ações da companhia, o estado deverá fazer com que, no mínimo, 30% seja para oferta primária, sendo os recursos utilizados em abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto. Marques é servidor de carreira da Saneago.

A oposição tentou emplacar emendas modificativas e aditivas ao projeto de lei. O petista Antônio Gomide defendia que o Estado de Goiás deveria manter ao menos 75% das ações da sociedade, assegurando sempre



Ricardo Soavinski descartou privatização da companhia

sua condição de acionista controlador, proporção essa que seria mantida sempre que houvesse aumento de capital social. “Faz-se necessário assegurar que o estado mantenha o controle acionário da Saneago, a fim de preponderar sempre nas deliberações o viés social e de saúde pública para o povo goiano, que é o objetivo principal dessa sociedade de economia mista, em detrimento meramente econômico”, justificava Gomide.

Gomide também apresentou uma emenda prevendo que o Executivo ficaria autorizado a expedir regulações complementares por lei ordi-

nária, que teriam que passar pela aprovação Assembleia Legislativa. O projeto original não traz essa premissa. O deputado petista também defendia que uma parcela de 30% do valor arrecadado com a venda de ações fosse investida em projetos de saneamento básico e outros 30% em projetos de infraestrutura.

Com base em declarações dadas pelo presidente da Companhia, Ricardo Soavinski, em sabatina recente na Assembleia, de que a companhia é hoje superavitária, Antônio Gomide destacou, ao justificar suas emendas, sua preocupação com a possibilidade de

venda futura da Saneago. “É preciso inibir o ímpeto privatista, uma vez que a Saneago é hoje lucrativa e gera dividendos”, pontuou o petista.

Soavinski descartou essa possibilidade de privatização da companhia, até por ser esta um compromisso de campanha do governador. Ele próprio se coloca contra a venda da companhia, entendendo que não se pode ter apenas o lucro como foco. Há que se considerar, segundo ele, o caráter social que o setor de saneamento pede.

A deputada tucana Lêda Borges também teve suas emendas rejeitadas. Ela queria que o governo ficasse com até 75% das ações da Saneago, e não apenas 51%, e que aplicasse 100% do valor da venda das ações em investimentos de projetos de saneamento. As duas propostas também foram assinadas por Antônio Gomide, Adriana Accorsi (PT), Talles Barreto e Helio de Souza, ambos do PSDB.

Em seu voto em separado, Bruno Peixoto destacou que apenas a emenda de Rubens Marques “contribui para a proposição, e que as demais

não são oportunas para aperfeiçoar a matéria”.

## Regulamentação

A alteração na lei de nº 6.680/67, sancionada pelo ex-governador Otávio Lage de Siqueira, se faz necessária, segundo o presidente da Saneago, para atualizá-la, mas lembrando que ela já previa a venda de ações.

De acordo com a Procuradoria-Geral do Estado, a mudança permitirá a venda de uma maior parte de seu capital, mas sem qualquer impacto à manutenção da prerrogativa do Estado como acionista controlador. Ou seja, vai permitir, à companhia, ampliar “o espectro dos potenciais novos acionistas da empresa vai permitir a participação de investidores também de outros países”.

## Cobertura

A Saneago opera em 226 dos 246 municípios goianos, com uma cobertura de 95% da população. O abastecimento com água atinge 5,7 milhões de pessoas (96,98%), e de esgoto, 3,5 milhões (59,82%).

**(Especial para O Hoje)**



## Previdência vai economizar R\$ 8,1 bi em 10 anos em Goiás

● A reforma da Previdência do servidor público estadual representará uma economia de R\$ 8,1 bilhões em 10 anos. O valor faz parte da proposta entregue pelo governador Ronaldo Caiado ao presidente da Assembleia, Lissauer Vieira

● A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 1645/2019 replica as regras aprovadas para servidores civis no Congresso Nacional – militares, inclusive os policiais estaduais, terão uma reforma própria

**Helton Lenine**

Após uma série de estudos e debates, o governador Ronaldo Caiado entregou, ontem, ao presidente da Assembleia Legislativa de Goiás, Lissauer Vieira, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prevê uma reforma da Previdência no âmbito do serviço público estadual e que abrange também os municípios. Convencido de que trata-se de uma medida necessária e urgente para reduzir o déficit orçamentário do Estado, que este ano fechará em R\$ 2,9 bilhões, o governador garantiu: "Assumo 100% a PEC que estou encaminhando à Alego. Se tem alguém responsável para atender por ela, sou eu, governador. Não quero transferir a nenhum deputado".

Diante de parlamentares, prefeitos e secretários de Estado, que se reuniram no auditório da Secretaria da Economia, Ronaldo Caiado teve críticas ao fato de o texto aprovado recentemente pelo Congresso Nacional não ter incluído estados e municípios – por isso a iniciativa de criar uma própria PEC em Goiás.

"Não podemos procrastinar uma decisão", reforçou, citando como exemplo que já houve três vezes o aumento de alíquota e de arrecadação, mas, mesmo assim, o déficit da Previdência cresceu em todos os momentos. "Vamos deixar de lado as posições partidárias e vamos ter um ponto de concórdia, que é Goiás", conclamou.

Caiado adiantou que as regras da PEC da Previdência em Goiás, matéria restrita aos servidores públicos, são idênticas à aprovada no âmbito federal. Como exemplo, a idade para aposentadoria, que é de 65 anos para homens e de 62 para mulheres. Também há previsão de estabelecer tempo mínimo de contribuição para garantir o benefício. Agora, caberá aos parlamentares goianos a discussão da matéria em plenário.

### TRÂMITE

Depois de receber o documento em mãos, o presidente da Alego, Lissauer Vieira, reforçou a defesa que tem feito sobre a necessidade da reforma. "Temos a consciência de estar fazendo o melhor para a população do Estado de Goiás e, principalmente, para os aposentados e



Bruno Peixoto, Lissauer Vieira, Ronaldo Caiado e Lincoln Tejeta: nova Previdência

pensionistas. Estamos tentando evitar o caos de chegarmos no fim de 7, 8 ou 10 anos os aposentados e pensionistas não receberem", salientou.

No evento, a secretária da Economia, Cristiane Schmidt, apresentou números sobre a saúde financeira de Goiás, bem como os gastos com previdência. Em resumo, afirmou que o Estado não cabe dentro das próprias despesas. Como exemplo, citou que de 2003 a 2019, o cres-

cimento da receita foi de 297%, enquanto a despesa aumentou 328%. Só a folha de pagamento cresceu 490% em 15 anos. "O governo está operando no vermelho", sublinhou.

Hoje, de cada R\$ 100 do caixa do Governo de Goiás referente à Receita Líquida do Tesouro (RLT), R\$ 86 vão para quitar os salários dos funcionários públicos ativos e inativos. Se somar o que é pago em precatórios – dívidas antigas do Estado ne-

gociadas com os servidores – chega a 99% de comprometimento dos recursos. Mensalmente, o Estado destina R\$ 1,3 bilhão só para folha de pagamento. Destes, cerca de R\$ 230 milhões por mês são do déficit. No cenário atual, se nada for feito, o Estado continuará impossibilitado de realizar os investimentos que 7 milhões de goianos esperam nas áreas de saúde, educação e segurança pública, além de políticas sociais.

## Presidente da Alego quer aprovar reforma este ano

O presidente da Assembleia Legislativa de Goiás, Lissauer Vieira (PSB), afirmou que pretende aprovar a reforma da previdência estadual ainda neste ano. Mas frisou que tudo irá depender da celeridade dos deputados. Ontem, deputado recebeu das mãos do governador Ronaldo Caiado (DEM) o texto da Proposta de emenda à Constituição (PEC), que propõe a reforma em Goiás.

A proposta vem após os Estados e municípios terem sido excluídos da reforma federal. Embora tramite uma PEC paralela para contemplar os entes, o governo de Goiás entendeu que não há condições para esperar essa aprovação, tendo em vista a situação calamitosa das finanças do Estado e, mais ainda, o déficit previdenciário previsto para 2020.

Para Lissauer a aprovação é essencial. "Ninguém está fazendo isso por conta própria, nós sabemos a situação em que o governo do Estado está, o tamanho do déficit da previdência e o crescimento com que isso vem ocorrendo nos últimos anos. Precisamos pensar é que servidor, o aposentado e pensionista precisa receber. e nós podemos chegar, daqui poucos anos, com o servidor, o aposentado e o pensionista sem receber seu salário, aí seria o caos completo", disse ao Jornal Opção Online.



Lissauer Vieira: hora difícil do Estado

O presidente também comemorou que a reforma do Estado incluiu os municípios, que serão automaticamente contemplados. Na Casa, ele disse que o debate deve ser, naturalmente, acalorado. "Mas a maioria é que decide, são os 41 deputados que vão decidir sobre a previdência e o futuro dos nossos aposentados e pensionistas. O que eu tenho falado é que o Estado precisa de ajustes", disse.

## Economia será de R\$ 1,7 mi às prefeituras em quatro anos

A reforma estadual da Previdência deve impactar positivamente 170 municípios com Regime Próprio de Previdência Social, gerando economia de R\$ 1,7 milhão, em quatro anos, e mais de R\$ 16 milhões, em 20. A avaliação é do presidente da Federação Goiana dos Municípios (FGM), Haroldo Naves.

Segundo, ele municípios que possuem alíquotas superiores a 25%, da contrapartida da prefeitura, podem ganhar sobrevida fiscal. Haroldo cita o caso de Quirinópolis, no Sul do Estado, em que a taxa da prefeitura chega a 40,2%, o que acaba gerando a necessidade de aportes mensais. Já Porangatu faz aportes de R\$ 269 mil mensais para conseguir pagar a despesa com o funcionalismo.

A tendência é que alíquota da contrapartida patronal diminua. "A reforma da previdência é indispensável para que no futuro, daqui 4 ou 5 anos, o funcionário possa continuar recebendo. Não havendo a reforma pode ter certeza, tanto o estadual como os municípios não vão dar conta de pagar seus servidores e os inativos", disse Haroldo Naves ao Jornal Opção Online.

Adesão dos municípios, segundo o texto elaborado pelo governo



Haroldo Naves: municípios sacrificados

estadual, será através de lei ordinária, que deve ser votado nas câmaras municipais com maioria simples. O que na avaliação do presidente da FGM facilita o processo de entrada no novo regime previdenciário.

A PEC estadual segue a reforma nacional, com as idades mínimas de 62 e 65 para mulheres e homens, com 25 anos de contribuição mínima. Para os servidores, serão necessários dez anos de serviço público e cinco anos no mesmo cargo para que se aposentem.

No entanto, ainda corre no Congresso Nacional a chamada PEC Paralela, que trata justamente da possibilidade de adesão dos Estados e dos municípios. Haroldo Naves, contudo, não vê dificuldades na aprovação. "O histórico de PEC paralela não é de avançar muito rapidamente. Essa lei no Estado de Goiás vai atender os 170 municípios goianos que têm o regime próprio e vai dar uma sobrevida, possibilitando para que no futuro todos os servidores possam continuar recebendo", alega-se.



# Municípios vão ter de aprovar adesão à reforma

**PREVIDÊNCIA** Proposta entregue ontem pelo Executivo estadual determina a aprovação de lei ordinária nas Câmaras municipais para que novas regras sejam aplicadas a regimes próprios

Karla Araújo  
karla.araujo@opopular.com.br

A inclusão de municípios na reforma da Previdência estadual pode representar economia de R\$ 16,3 bilhões ao longo de vinte anos. O levantamento foi realizado pela Federação Goiana dos Municípios (FGM) e leva em consideração as 170 cidades goianas que possuem regime próprio de Previdência Social (RPPS). O texto da reforma foi entregue pelo governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado, Lissauer Vieira (PSB), ontem, após apresentação de detalhes da matéria em reunião com secretários, deputados e prefeitos no auditório da Secretaria da Economia, no Setor Nova Villa, em Goiânia.

Ao contrário do divulgado pela FGM, e reforçado por Caiado e Lissauer na semana passada, a adesão dos municípios à reforma não será automática. Consta no texto um dispositivo que determina a aprovação de lei ordinária nas Câmaras municipais para que as regras da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Estado possam ser aplicadas, total ou parcialmente, nestas cidades.

Quando a matéria foi apresentada aos prefeitos na semana passada, o presidente da FGM, Haroldo Naves, havia pedido que a inclusão dos municípios fosse automática 60 dias após a aprovação do texto na Assembleia. Porém, isso não pode ser feito por ser considerado inconstitucional.

## MUDANÇAS

Entre as mudanças previstas no texto está a elevação da idade mínima para aposentadorias dos servidores públicos. O tempo necessário para obter 100% da média salarial passa de 35 anos de contribuição para 40, no caso dos homens. Para mulheres, a mudança é de 30 anos de contribuição para 40. A idade mínima para homens aposentarem atualmente é de 60 anos, mas, com a aprovação da PEC, passa para 65 anos. No caso das mulheres, a mudança na idade mínima é de 55 para 62 anos.

No entanto, algumas categorias possuem regras especiais. Para professores, a idade mínima passa a ser de 60 anos e 30 anos de contribuição para homens e 57 anos e 25 anos de contribuição para mulheres.

## Previdência em números

### Economia dos municípios com RPPS

Tempo	Valor
Em 4 anos	R\$ 1,7 bilhão
Em 10 anos	R\$ 7 bilhões
Em 15 anos	R\$ 11,8 bilhões
Em 20 anos	R\$ 16,3 bilhões

### Quantidade de cidades com RPPS: 170

### População dos municípios envolvidos: 5,5 milhões de habitantes

### Remuneração média dos servidores: R\$ 2.020,71

No caso dos policiais civis, a nova regra prevê mínimo de 55 anos de idade para aposentadoria e 30 anos de contribuição para homens e mulheres. Durante a apresentação, o presidente do Goiás Previdência (GoiásPrev) destacou que as regras da PEC estadual seguem o mesmo desenho da reforma da Previdência aprovada em âmbito nacional na semana passada. Apesar de esforços de governadores e prefeitos, Estados e municípios foram excluídos do texto apresentado pelo governo federal quando a matéria ainda tramitava na Câmara dos Deputados.

## IMPACTO

Dados do governo estadual apontam que, se a reforma não for feita, o déficit previdenciário atuarial do Estado chegará a R\$ 6 bilhões no ano de 2029. "Mesmo com o aumento da alíquota de contribuição dos servidores ao longo dos anos, não foi possível reduzir o déficit, porque as atuais regras estimulam a aposentadoria", disse Gilvan. Atualmente, a alíquota no Estado é de 14,25%. O percentual havia sido reajustado de 11% para 13,25% em 2013 e chegou aos 14,25% em 2017.

Ainda segundo o governo estadual, a economia estimada para os próximos dez anos, caso a PEC seja aprovada ainda em 2019, é de R\$ 8,1 bilhões. Com isso, o déficit previdenciário no Estado de Goiás em dez anos passaria de R\$ 5,9 bilhões para R\$ 4,7 bilhões.



O governador Ronaldo Caiado entrega proposta de reforma ao presidente da Assembleia, Lissauer Vieira

## Alíquota extraordinária deve ser regulamentada depois

O governo estadual vai aguardar a aprovação da reforma da Previdência estadual para discutir o valor da alíquota extraordinária prevista na Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que, caso a matéria seja aprovada, permitirá aos Estados e municípios aplicar, de forma temporária, percentual a mais na contribuição de servidores públicos. O uso deste dispositivo é permitido quando há déficit previdenciário. A possibilidade de uso desta alíquota está prevista no texto da PEC entregue pelo governador Ronaldo Caiado (DEM) ontem ao presidente da Assembleia Legislativa, Lissauer Vieira (PSB).

No entanto, o valor da alíquota precisa ser regulamentado por meio de um projeto de lei que, segundo Caiado, não será enviado à Casa até a aprovação da PEC. "Existe a previsão dela (alíquota extraordinária) na nossa reforma como existe também na PEC do governo federal. Lógico que não se faz os percentuais de alíquota em emenda constitucional. Após a promulgação, apresentaremos, dentro de um estudo atuarial, essa alíquota. Não será em todos os níveis", afirmou Caiado.

Com a inclusão de municípios na reforma estadual, o texto prevê que eles também tenham as alíquotas extraordinárias. Os percentuais também de-

vem ser votados em cada uma das Câmaras municipais.

Como adiantado pelo Giro, a alíquota extraordinária deve enfrentar dificuldades para ser aprovada na Assembleia Legislativa, pois muitos deputados são servidores públicos e os parlamentares devem sofrer pressão de diferentes categorias do funcionalismo em relação às mudanças na Previdência.

Antes de entrar para a reunião de ontem, em que detalhes da reforma foram apresentados, Lissauer disse que, acompanhado de representantes de outros órgãos, pediria ao governo que recuasse em relação à alíquota extraordinária.

Após Caiado afirmar que a

discussão sobre o percentual ficaria para depois da aprovação da PEC, Lissauer disse que a discussão ainda não está em pauta e o pedido em relação ao recuo deve ser feito no momento certo.

Para o presidente do Goiás Previdência (GoiásPrev), Gilvan Cândido, diante do déficit estadual, existe "grande possibilidade de que ocorra a cobrança da alíquota extraordinária". Segundo Gilvan, as primeiras simulações apontaram o percentual de 8% para os maiores salários. "Mas são simulações progressivas. Começa com 0,8% para quem ganha um salário mínimo e assim por diante. Primeiro vamos aprovar a PEC, mas já iniciamos os estudos técnicos", disse o presidente.

Quanto à tramitação da matéria na Casa, Lissauer afirma que o texto deve ser lido em plenário ainda nesta semana e, seguindo o rito normal, deve ser discutida após dez sessões ordinárias. Questionado sobre a possibilidade de aprovar a matéria ainda neste ano, o presidente da Casa disse que "cabe aos deputados". "Todos os colegas parlamentares terão direito, dentro das prerrogativas do regimento Interno da Casa, de debater, apresentar emendas, discutir e fazer audiências públicas. Não vamos fazer nada a toque de caixa", disse Lissauer.

“**Todos os colegas parlamentares terão direito de debater, apresentar emendas, discutir e fazer audiências públicas. Não vamos fazer nada a toque de caixa**”

Lissauer Vieira, presidente da Assembleia Legislativa